



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO N° \_\_\_\_\_, DE 2019** (Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública e diligência desta Comissão às Escolas Militarizadas localizadas no Distrito Federal e Goiás.

Senhor Presidente,

Com base no artigo 255, c/c o artigo 24, ambos do Regimento Interno da Câmara Federal – RICD, requeiro a Vossa Excelênci, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública e diligência desta Comissão às Escolas Militarizadas do Distrito Federal e do Entorno de Goiás.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 assume como modelo para a educação pública brasileira a gestão democrática, com regulamentação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Nacional da Educação. Tomando como referência essa legislação, e suas orientações quanto à estruturação do ensino público, faz-se necessário uma atenção especial ao modelo de gestão compartilhada entre as políticas da educação e da segurança pública, que vem sendo adotado por alguns estados brasileiros.

O Estado de Goiás adotou tal proposta desde 1998, e conta atualmente com aproximadamente sessenta escolas militarizadas. O Governo do Distrito Federal, empossado em janeiro de 2019, aderiu ao novo modelo e iniciou a implantação da gestão compartilhada em quatro escolas da Capital Federal:



**Câmara dos Deputados**  
Gabinete da Deputada Erika Kokay

Centro Educacional 1 - Estrutural, Centro Educacional – 7 Ceilândia, Centro Educacional 308 - Recanto das Emas e Centro Educacional 3 – Sobradinho; com previsão de ampliação para mais seis escolas, ainda no exercício de 2019.

A implantação de tal modelo, baseada na gestão compartilhada, e denominada como militarização, tem sido objeto de debates polêmicos acerca do papel dos educadores no processo de construção do conhecimento e da formação para a cidadania, em compartilhamento com policiais. Questionam-se sobre o modelo pedagógico a ser desenvolvido, e qual seria a fundamentação científica que justifique a adoção do compartilhamento do processo educacional, com a polícia militar.

Considerando a importância da promoção da educação pública com base nas diretrizes estabelecidas constitucionalmente e regulamentadas pela legislação brasileira, apresentamos o presente requerimento para realização de audiência e de diligência às escolas públicas acima identificadas, pelo que solicitamos o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**